Panorama da Região Noroeste Fluminense no Século XXI: Retratos da Agricultura Familiar

Marco Túlio Morais Velasque Silva[1]
Erika Vanessa Moreira Santos[2]

GT 1. Reestruturação do espaço urbano-regional, dinâmica econômica e impactos no emprego

Resumo

O rural é marcado por diversas contradições no tempo e no espaço. Este trabalho tem o objetivo de analisar o espaço rural da mesorregião geográfica Noroeste Fluminense à luz da importância da agricultura familiar no que tange à estrutura produtiva, fundiária e acesso às políticas públicas (Pronaf), no período de 2006 a 2017. A mesorregião é composta por treze municípios (Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre-Sai), que apresentam uma área total de 5.374 Km² e população total de 317.763 pessoas (IBGE, 2010). Para a realização da pesquisa, adotaremos técnicas quantitativas e qualitativas: pesquisa bibliográfica; coleta e sistematização de dados secundários em bancos de dados disponibilizados por instituições públicas e privadas; aplicação de roteiros de entrevistas semiestruturados junto à representantes de instituições públicas, cooperativas, associações e sindicatos dos trabalhadores rurais; e a sistematização e análise dos dados à luz do referencial teórico.

Palavras-chave: agricultura familiar, políticas públicas, noroeste fluminense

[1] Graduado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, velasque_marco@id.uff.br , integrante do NERU (Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos)
[2] Professora do Curso de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Bolsista Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ), erikamoreira@id.uff.br, integrante do NERU (Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos)

Introdução

O reconhecimento constitucional da categoria de agricultor familiar no Brasil é recente sendo o resultado de um longo histórico de lutas sociais dos sindicatos rurais e dos movimentos sociais, em prol de uma nova categoria política que antes era pulverizada em muitas denominações e sem amparo de nenhuma política pública.

A sua institucionalização se deu em 28 de junho de 1996, por meio do Decreto Nº 1.946, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Entre as principais propostas dos movimentos sociais do campo envolvidos na luta pelo reconhecimento da categoria estavam as de reconversão econômica do setor da agropecuária, com o objetivo de se conduzir a uma reestruturação competitiva da economia/setor fragilizados pela lógica do funcionamento do mercado internacional (SCHNEIDER, 2003, p. 30) e a justificativa, à época, dos movimentos de agricultores era o elevado grau de dificuldade de acesso à políticas públicas, ao crédito rural e ao mercado agropecuário, de maneira competitiva, durante a abertura comercial.

Guanziroli; Vinchon (2019) salientam que, apesar de parecer uma categoria bem definida e aceita entre a maioria dos pesquisadores, a realidade é que o termo “agricultor familiar” possui dupla conotação no Brasil: de um lado, há aqueles que defendem que os camponeses e agricultores familiares reservam características semelhantes em relação à reprodução social, como as “raízes camponesas” no caso do agricultor familiar, ou em relação a menor ou maior integração com os mercados, respectivamente; e, por outro lado, há os que defendem que o campesinato é um “resquício do passado” e que há um abismo social entre os agricultores profissionais e os camponeses (GUANZIROLI; VINCHON, 2019, p. 355).

O objetivo geral deste trabalho é analisar o espaço rural do noroeste fluminense no que diz respeito à sua estrutura fundiária, produtiva e de organização coletiva, no contexto da agricultura familiar no século XXI.

A metodologia adotada para a consecução deste trabalho abarcou técnicas de pesquisa quantitativa e qualitativa, quais sejam: a) Levantamento e discussão sobre o referencial teórico, b) Coleta e análise de dados estatísticos disponíveis em instituições que disponham de dados sobre a agropecuária e a agricultura familiar, como o IBGE, com dados referentes desde o ano de 1997 até 2018, do SEBRAE, de 2006, e o Portal Brasileiro de Dados Abertos, de 2019; c) Realização de entrevista com representante do SENAR-RIO, ex-diretor do programa Balde Cheio; d)

Levantamento documental acerca dos temas: políticas públicas, cooperativas, associações e legislação para a agricultura familiar e cafeicultura no noroeste fluminense e e) elaboração de mapas com o uso de programas: QGIS e *Philcarto.*

Segundo os dados do Censo Agropecuário (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2017a), a agricultura familiar representa um importante grupo no espaço rural brasileiro: 69% do pessoal ocupado em atividades agropecuárias estão em propriedades da agricultura familiar; os estabelecimentos da agricultura familiar ocupam 23% da área total; e são 77% do número total absoluto de estabelecimentos agropecuários. No noroeste fluminense, nossa área de estudo, a categoria da agricultura familiar representava 67% do número de estabelecimentos agropecuários e 31% da área total de estabelecimentos em 2017 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2017a), apesar disso, apenas 15,6% destes possuíam acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, documento que dá acesso às políticas públicas exclusivas para a agricultura familiar.

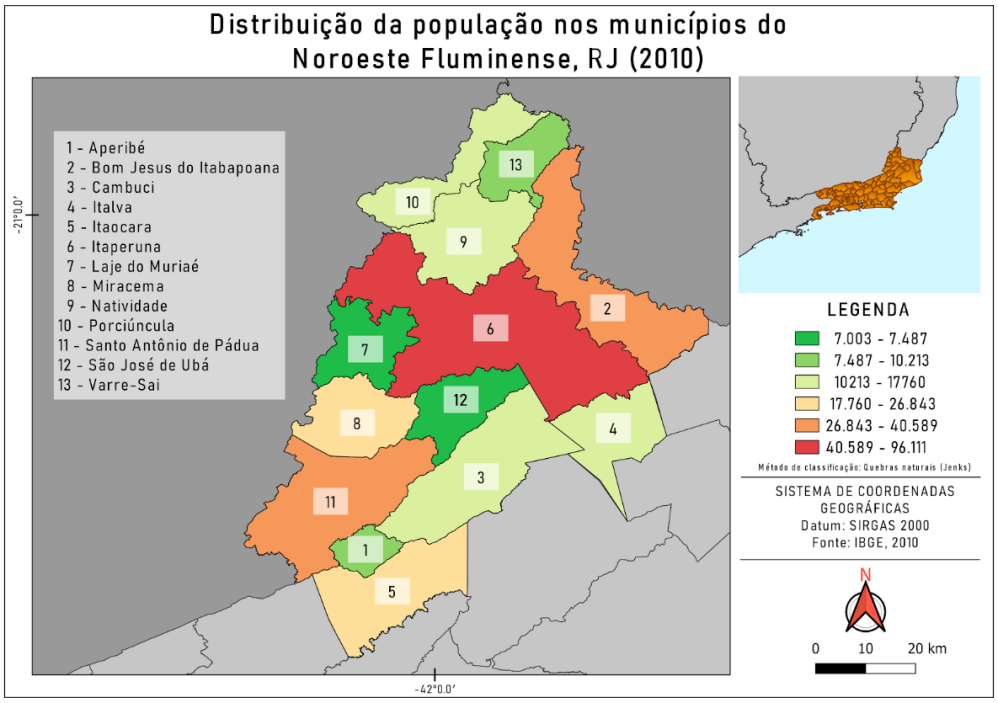
Recorte espacial

A área de estudo selecionada para a consecução da pesquisa é a Mesorregião Geográfica Noroeste Fluminense, localizada no noroeste do Estado do Rio de Janeiro – ERJ, e é composta por treze municípios, sejam eles: Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre-Sai. Segundo os dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010, todos os municípios da região, exceto Aperibé, vivenciaram um esvaziamento demográfico no espaço rural entre 2000 e 2010, que foi uma redução correspondente aproximadamente, 12,3% da população rural. A população rural total em 2000 correspondia a 63.208 habitantes (21,24% do total), e, em 2010, correspondia a 55.428 habitantes (17,46%). Em contraposição, a população urbana cresceu em todos os municípios entre 2000 e 2010, variando de 297.512 habitantes em 2000, para 317.493 (IBGE, 2010).

Os municípios mais populosos do Noroeste Fluminense são Itaperuna, Santo Antônio de Pádua e Bom Jesus do Itabapoana, com 30,25%, 12,77% e 11,14% da população, respectivamente (mapa 1) (IBGE, 2010). Segundo o Painel Regional de 2016 (SEBRAE, 2016, p. 8), a região apresenta os piores indicadores estaduais e uma baixa densidade demográfica (60 hab/km²). A maior densidade demográfica é do

município de Aperibé, com 116 hab/km² e o mesmo ocupa a 9º colocação estadual no índice de Gini, índice que mede a desigualdade de renda, antecedido apenas por Varre-Sai, que situava na 5ª posição, segundo o *Painel Regional 2016* do SEBRAE (2016, p. 9).

Mapa 1: Localização e distribuição populacional dos municípios do noroeste fluminense, RJ



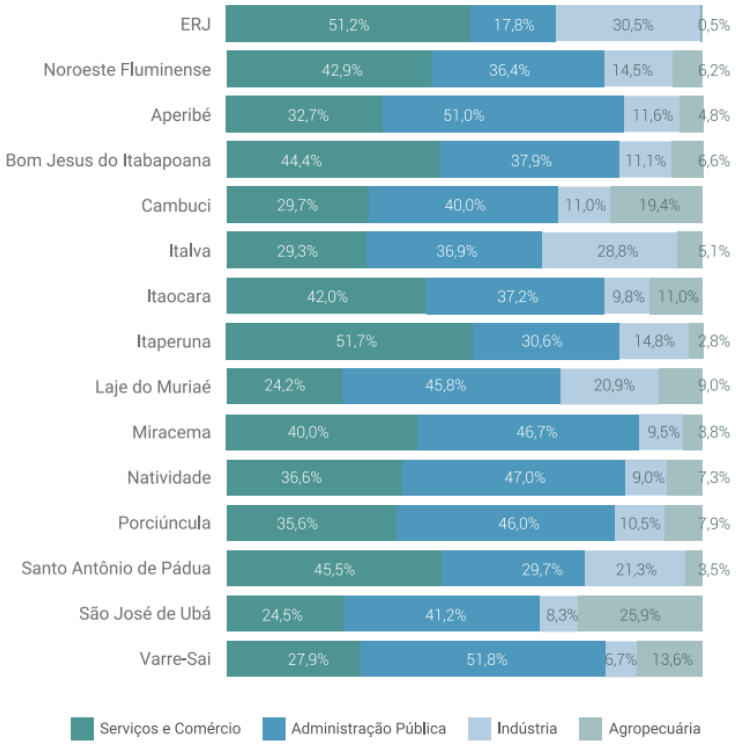
Fonte: IBGE, 2019

O livro *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira apresentação* (2017) faz uma discussão acerca do que é caracterizado como rural e urbano no Brasil e elabora uma classificação para os municípios baseado em suas características predominantes. Entre os municípios da região noroeste fluminense, seis são considerados rurais adjacentes, quatro são classificados como predominantemente urbano e três são considerados intermediários adjacentes, ou seja, estão entre a classificação de municípios rurais adjacentes e de predominantemente urbanos. Na primeira classificação mencionada, estão listados os municípios de Cambuci, Italva, Laje do Muriaé, Natividade, Varre-Sai e São José de Ubá; na segunda estão Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana, Santo Antônio de Pádua e Miracema; e na terceira estão Aperibé, Itaocara e Porciúncula.

Em termos de relevância econômica lideram, em ordem crescente, os municípios de Itaperuna, Santo Antônio de Pádua e Bom Jesus do Itabapoana no que

se refere a valor adicionado pelos serviços, indústria e serviços de administração pública (GONÇALVES, 2019, p. 1119). Itaperuna também é considerado o principal polo da MRNOF devido à grande participação na população total e urbana e concentração de comércio e empregos nos setores de comércio e serviços (GONÇALVES, 2019, p. 1122). No que tange à atividade agropecuária, na região, a agropecuária contribui com 6,2%, bem distante da média estadual de 0,5%, indicando uma relevância maior da atividade para a região e no que se refere à indústria, o valor da contribuição é praticamente a metade do ERJ, com 14,5% (figura 1) (SEBRAE, 2016, p. 10).

Figura 1: Distribuição do valor adicionado bruto por setor de atividade econômica a preços correntes: Estado do Rio de Janeiro, Noroeste Fluminense e municípios, 2013



Fonte: SEBRAE, 2016, p. 10

Agricultura familiar no Brasil

O fortalecimento da discussão sobre a institucionalização da agricultura familiar no Brasil acontece no início da década de 1990, e o reconhecimento do termo “agricultura familiar”, a nível nacional, como uma categoria social e política ocorreu com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF - pela Resolução n. 2.191, em 1995 (BRASIL, 2017e, p. 2). As mudanças

econômicas e organizacionais no processo produtivo ocorridas dentro e entre as empresas ocorridas no início dos anos 1990 acabaram por ameaçar fortemente os agricultores familiares devido às diferenças de competitividade (SILVA; MARAFON, 2004, p. 20), mudanças estas que geraram articulações e pressões sociais por parte dos grupos de agricultores familiares, que se organizaram por meio de diversas entidades de representação, e possibilitaram a unificação do discurso em prol da proteção social, política e econômica da categoria no Brasil.

Segundo Abramovay (2012, p. 67), somente é possível compreender a inserção social do camponês a partir de seu comportamento como unidade subjetiva teleológica, com objetivos e estratégias próprias. Ou seja, só é possível entender sua inserção social no capitalismo a partir da apreensão da lógica do interior da unidade familiar, pois, neste tipo de estabelecimento agropecuário, há distintas lógicas subjetivas de gestão possíveis e estas se ajustam de acordo com a estrutura interna da família e os fatores externos (como relação com o mercado local). O autor (ABRAMOVAY, 2012, p. 32) relata que nos "países capitalistas avançados" a agricultura familiar se pautava e ainda se pauta na *atuação do Estado na modelagem da estrutura social dos países* e possibilita a promoção de políticas agrícolas diferenciadas. Nesse caso, a criação da PAC foi um marco, pois esta foi o destarte para a Revolução Verde na década de 1960, criou subsídios para determinadas culturas, no objetivo da autossuficiência dos países da União Europeia, entretanto, o documento levou a um custo ambiental grande. (HESPANHOL, 2008). A legislação da PAC foi alterada em 1992, 1999 e em 2003, buscando a redução da pressão sobre os recursos naturais, mas ainda baseada no modelo produtivista, enquanto nos EUA em 1992 foi criada, no mesmo intuito de redução da pressão sobre o ambiente, a Low-Input/Sustainable Agriculture (LISA) (HESPANHOL, 2008, p. 374).

Com relação ao Brasil, Schneider (2003, p. 36) salienta a importância da tipologia utilizada no estudo, realizado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO - e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA -, e que deu suporte à elaboração da política pública voltadas aos agricultores familiares brasileiros (PRONAF). A tipologia criada tinha o objetivo de alcançar um "modelo de desenvolvimento sustentável" e dividiu os estabelecimentos agropecuários brasileiros entre as categorias "familiar" e "patronal", além de dividir a agricultura familiar em três subcategorias: consolidada, em transição e periférica.

Wanderley (2008) reconhece a origem camponesa do termo *agricultor familiar*, e relata que há uma distinção entre eles devido ao grau de inserção da unidade produtiva no ambiente capitalista e salienta que o importante para se diferenciar as tipologias são as características da gestão, da propriedade e do trabalho familiar.

Políticas públicas para a agricultura familiar

A adoção do conceito de agricultura familiar pelo Governo Federal se deu com a publicação do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996 (BRASIL, 1996), que legitimou o movimento pelos direitos da agricultura familiar e criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Dez anos mais tarde, foi promulgada a Lei da Agricultura Familiar, Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006), que abarca as diretrizes para a formulação de uma nova política pública chamada Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, que visa dar acesso ao crédito e suporte institucional, por parte do governo federal. Os objetivos da Lei nº 11.326 se centravam em promover a descentralização, a sustentabilidade ambiental, social e econômica e a equidade social na aplicação de políticas públicas. O documento também reconhece e se compromete a respeitar aspectos de gênero, de geração e etnia, e, também, se compromete a garantir o acesso de agricultores familiares durante a formulação e implementação desta política pública.

São considerados, de acordo com a Lei nº 11.326, agricultores familiares, também, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas e integrantes de comunidades de remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2006). O agricultor familiar deve obter a Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP – para que possa usufruir dos benefícios do PRONAF e de outros programas voltados para os agricultores e agricultoras familiares (BRASIL, 2021a), tais como: Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), Garantia-Safra, Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Aposentadoria Rural (Funrural), etc. Esta declaração pode ser emitida por diversas entidades, como a própria Emater, sindicatos, INCRA, ICMbio, etc. A compra institucional dos alimentos da agricultura familiar pelo governo

federal nas unidades do CEASA é extremamente importante dentro das ações necessárias para a concretização da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2021b).

A partir do início da década de 1990, ocorreram grandes mudanças no ambiente competitivo da cadeia produtiva do leite, decorrente, dentre outras coisas, da liberalização econômica, da formação dos blocos econômicos e da abertura comercial, resultando na inundação do mercado nacional da indústria de lácteos, voltado majoritariamente para o mercado interno, com empresas multinacionais, dando início a um processo de desnacionalização e concentração da indústria de laticínios (CAMILO, 2019). Em se tratando do noroeste fluminense, a então 2ª maior bacia leiteira do e 1ª região com maior número de produtores do ERJ (EMATER-RIO, 2019, p. 49), segundo os autores Madanêlo e Marafon (2008, p. 12), a própria Cooperativa Agropecuária de Itaperuna Ltda. – CAPIL – apresenta uma forte dependência na relação desenvolvida pela entidade com as empresas que dominam o processamento e distribuição do leite no ERJ, como, recentemente, a Parmalat, e, há mais tempo, Leite Glória, a Fleischmann & Royal e a Kraft Foods Internacional. Desde a década de 1960 (PASSOS, 2017, p. 8) a região vem se destacando como grande produtora de leite.

Em relação à cadeia do café na região noroeste, Passos (2017, p. 8) relata o fato de Cambuci, Santo Antônio de Pádua e Itaperuna estiveram entre os três municípios maiores produtores de café do Brasil, com destaque para Itaperuna que foi o maior produtor de café do país na década de 1920. Na década de 1930, e novamente na década de 1960, a atividade cafeeira foi desestimulada e cafezais foram erradicados de acordo com os projetos de instituições ligadas ao governo federal, visto a baixa qualidade do fruto na região, desfavorável para a venda no mercado internacional (PASSOS, 2017, p. 7), e a pecuária leiteira surgiu como opção economicamente viável de reprodução das famílias dos agricultores e, na mesma década, se tornou a principal atividade econômica, seguida pela produção de arroz, rochas ornamentais e olerícolas. Segundo Passos (2017, p. 8), mesmo após várias tentativas de desestimular a atividade cafeeira, esta segue com participação extremamente relevante em alguns municípios, vide o exemplo de Varre-Sai e Porciúncula no trabalho de Terra (2021). Apesar da grande participação da produção cafeeira do noroeste fluminense no ERJ, e sua importância para 1.743

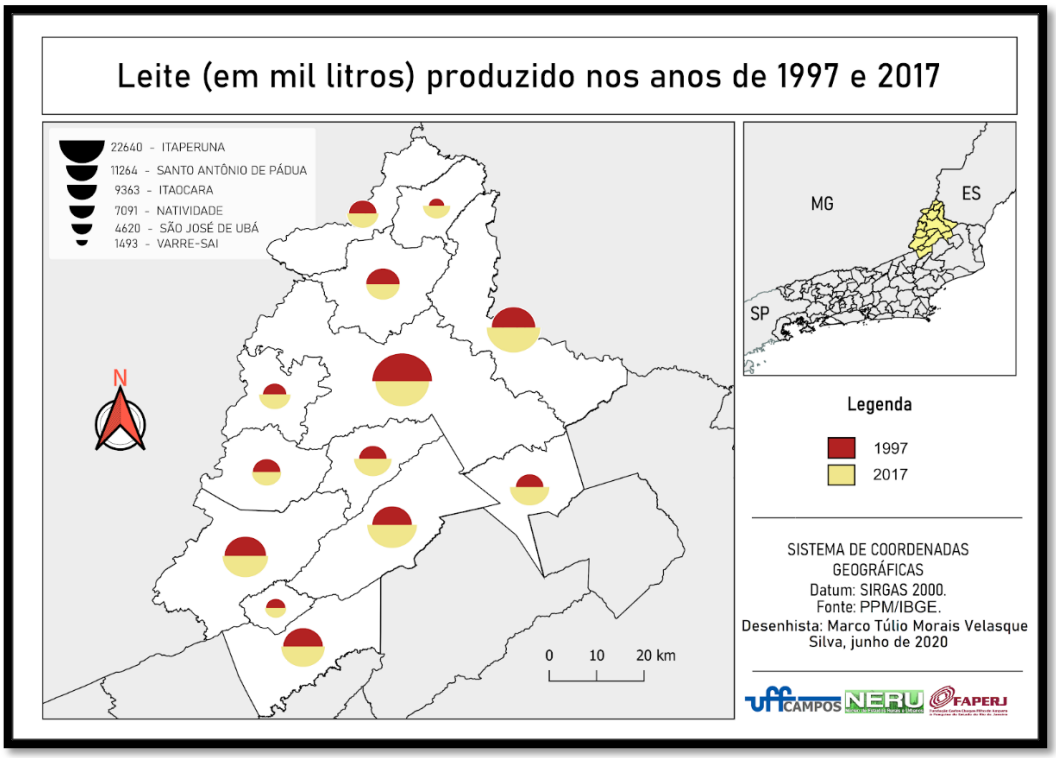
estabelecimentos rurais como principal fonte de renda, a produtividade e a qualidade dos grãos era considerada inferior ao das outras regiões produtoras (PROJETO, 2017).

De 2010 a 2019, o programa Rio Rural, financiado pelo Banco Mundial e apoiado pela FAO/ONU, aplicou mais de R$ 145 milhões no ERJ, sendo 99% da parcela voltada para a cafeicultura aplicada na região noroeste. Segundo o relatório da Emater-RIO (2019, p. 14), as propriedades devem ter o Cadastro Ambiental Rural, e as práticas incentivadas são categorizadas da seguinte maneira: produtivas sustentáveis, de adequação ambiental, agroecológicas, sociais e de gestão de água. Ou seja, as práticas incentivadas são sempre voltadas para a melhoria da produtividade, sustentabilidade, qualidade de vida e melhoria da qualidade da água. Em 2017 e 2018, houve grandes incentivos por parte do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para a cafeicultura na região, e foi resultado de uma coligação do interesse dos agricultores da região, o técnico do Ministério da Agricultura e entidades de representação coletiva como a Associação de Cafeicultores do Estado do Rio de Janeiro – ASCARJ, o Centro do Comércio de Café do Rio de Janeiro – CCCRJ – e o Sindicato do Comércio de Café – Sindi-Com-Café. As melhorias foram direcionadas para o parque industrial e para a atualização do sistema de gestão da maior cooperativa de café do noroeste fluminense, a Cooperativa de Café do Noroeste Fluminense LTDA – COOPERCANOL, visando o “aumento da produtividade, qualidade, melhor remuneração ao produtor, geração de novos postos de trabalho, e integração de toda a cadeia do café” (PROJETO, 2017, p. 27).

Panorama cartográfico da agropecuária da região noroeste fluminense

Para a construção dos resultados da pesquisa, foram utilizados diversos bancos de dados do IBGE, como a Pesquisa Agrícola Municipal, Pesquisa da Pecuária Municipal, os Censos Demográficos, Censos Agropecuários, Sistema IBGE de Recuperação Automática e o Relatório de Atividades de 2019 da Emater-Rio. Em referência ao material da Emater-Rio (2019), e ao artigo de Madanêlo e Marafon (2008, p. 13), o Noroeste é classificado como a segunda região maior produtora de leite do estado, como registrado no mapa 2 a produção de leite em mil litros por município no período de 1997-2007.

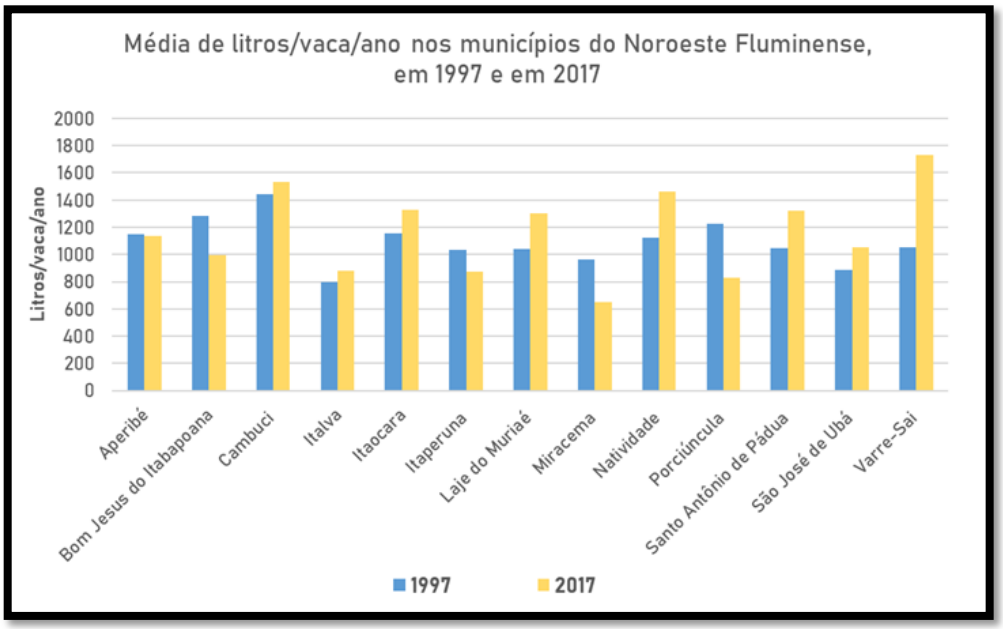
Mapa 2: Produção de leite (mil litros) nos anos de 1997 e 2017.



Fonte: Produção da Pecuária Municipal - PPM/IBGE, 2018
Elaboração: Autor (2002)

Em 1997, observa-se que no município de Itaperuna a produção de leite é muito maior do que em outros municípios da região noroeste, e, já no segundo momento, há uma aparente descentralização da produção entre os municípios da região, acompanhada de uma redução na produção total em Itaperuna, de um patamar de mais de 30 milhões de litros, no ano de 2013, para menos de 20 milhões de litros em 2017 (PPM/IBGE, 2018). Ainda assim, Cambuci, Santo Antônio de Pádua, Bom Jesus do Itabapoana e Itaperuna são os maiores produtores de leite da região. De acordo com os dados da PPM/IBGE (2018) média anual de litros ordenhados por vaca tem crescido nos últimos 20 anos no noroeste fluminense. Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Miracema e Porciúncula foram os municípios que apresentaram uma significativa piora no rendimento de litro/vaca/ano (gráfico 1), o que não corresponde ao valor total, em litros, ordenhado, que cresce constantemente nos últimos anos em Bom Jesus do Itabapoana e Porciúncula.

Gráfico 1: Média de litros/vaca/ano nos municípios do noroeste fluminense em 1997 e 2017



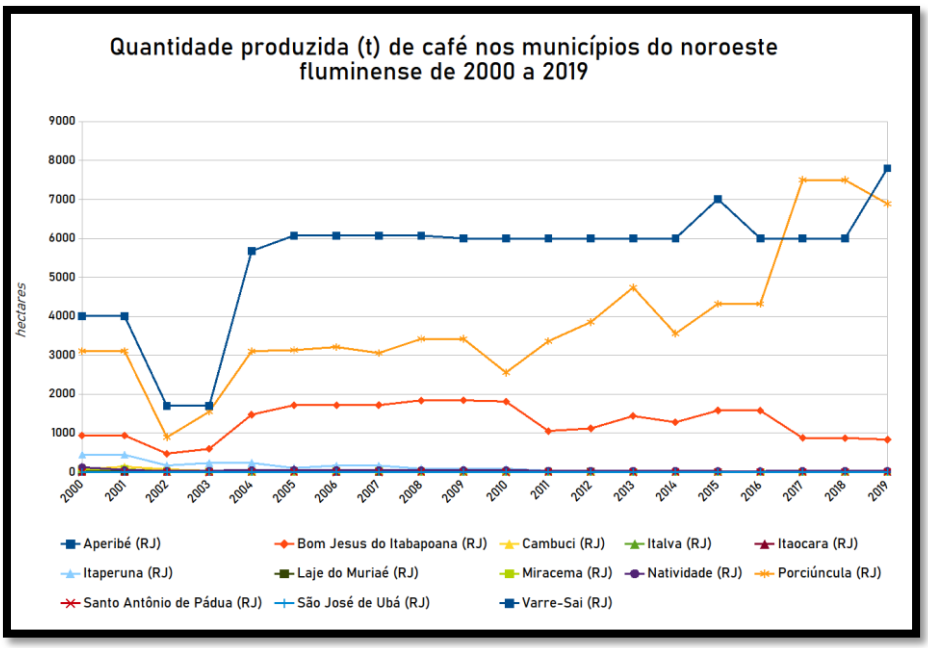
Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal - PPM/IBGE, 2020
Elaboração: Autor (2022)

No que tange à produção leiteira, o relatório da Emater-RIO (2019, p. 49) salienta a participação do noroeste fluminense como segunda maior bacia leiteira do Estado e a maior quantidade de produtores do ERJ, 5.048 pecuaristas. Além de ser a principal atividade econômica estadual, a pecuária leiteira é a principal atividade econômica da região noroeste fluminense. Esta posição de 2º maior produtor estadual somada do maior número de produtores indica uma estrutura produtiva baseada em pequenos estabelecimentos (EMATER-RIO, 2019, p. 49).

Em uma entrevista semiestruturada realizada dia 11 de fevereiro de 2019, o representante do SENAR-RIO, compartilhou suas preocupações acerca dos indicadores de produtividade na cadeia do leite com a unidade “litro/vaca/ano”, que, segundo ele, seria um uso mais adequado ao momento atual a unidade “litro/ha”, pois seria uma aferição mais representativa e tradicional na agropecuária. Ainda segundo o entrevistado, a média de litros por vaca diário no noroeste fluminense chega ao redor de 4 litros com possibilidades de melhoria mediante a aplicação de técnicas mais avançadas por parte dos produtores.

No que se refere à produção de café no noroeste fluminense, desde 2004 os municípios de Varre-Sai e Porciúncula se destacaram na região (gráfico 02). A qualidade dos grãos vem aumentando rapidamente, apresentando excelentes resultados em concursos de café estaduais (TERRA, 2021). Observa-se uma reorganização espacial e concentração da produção de café nos municípios de Varre-Sai, Porciúncula e Bom Jesus do Itabapoana (mapa 3). Atualmente, está em curso um projeto de empresas juniores subsidiadas pelo Instituto Federal Fluminense campus de Bom Jesus do Itabapoana que visa a melhoria da torra dos grãos de café aumentando a eficiência, a homogeneização da torra e a sustentabilidade (GUATIMOSIM, 2021).

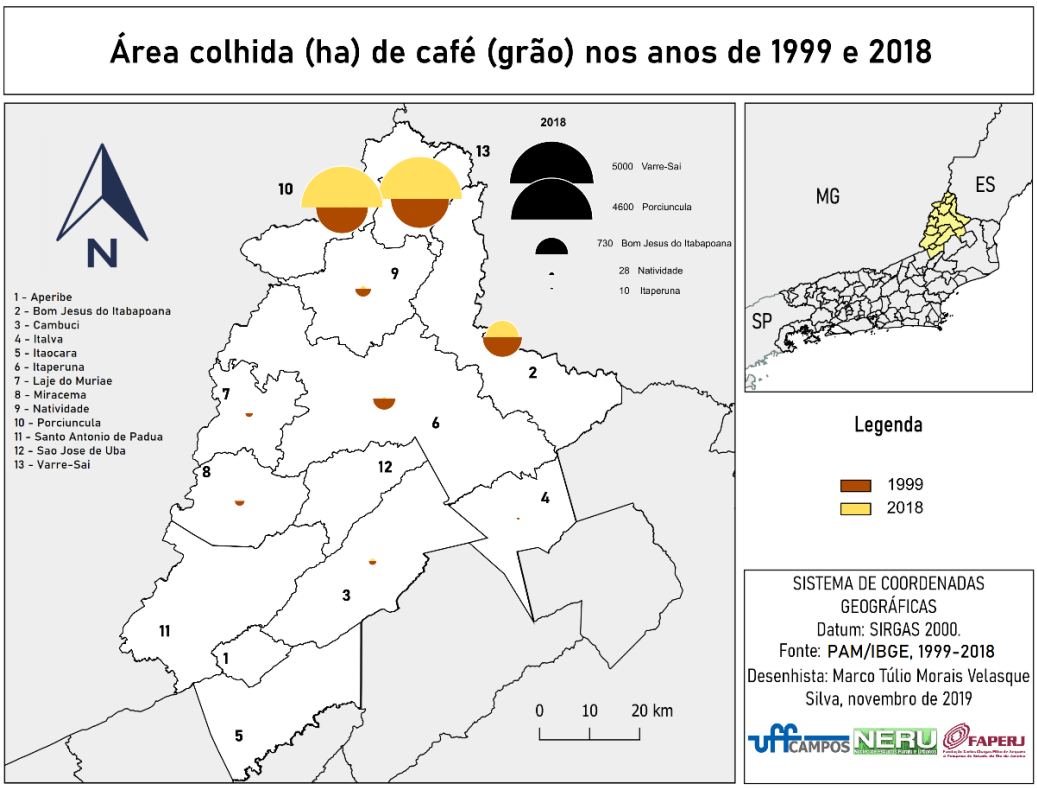
Gráfico 02: Quantidade produzida de café (t) no noroeste fluminense de 2000 a 2019



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - PAM/IBGE, 2021.

Elaboração: Autor (2022)

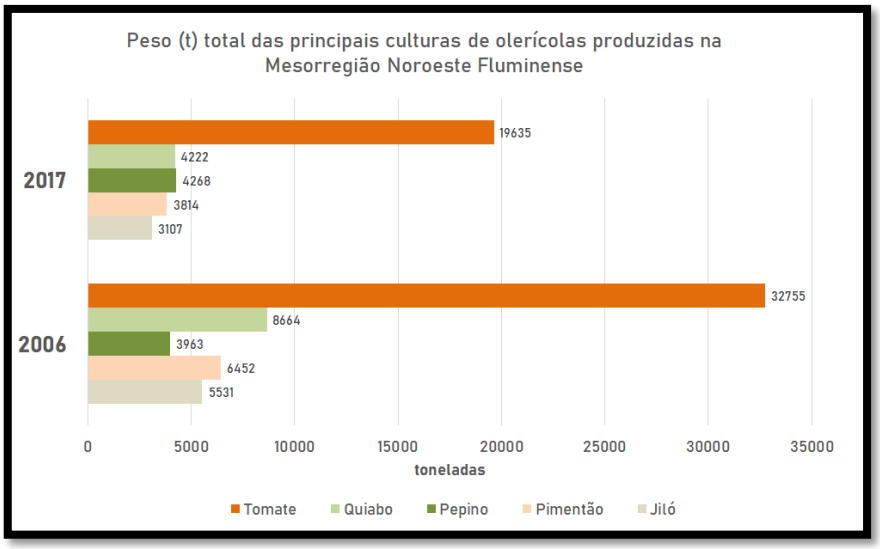
Mapa 3: Área Colhida de café em grão nos anos de 1999 e 2018



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal – PAM/IBGE, 2021.
Elaboração: Autor (2022)

Em concordância com o relatório da Emater-RIO (2019, p. 7), quando se refere à predominância de frutos na produção olerícola do Noroeste Fluminense, o gráfico 2 apresenta os dados secundários coletados referentes aos principais produtos olerícolas. As olerícolas se destacam na região noroeste fluminense, sendo o seu principal produto o tomate, cultura tradicional entre os agricultores da região desde a década de 1950 (GRABOIS, 1998, p. 216). Ainda, segundo os dados dos Censos Agropecuários (2006; 2017), houve 40% de redução da produção de tomate.

Gráfico 2: Peso total produzido, em toneladas, das principais culturas de olerícolas da MRNOF



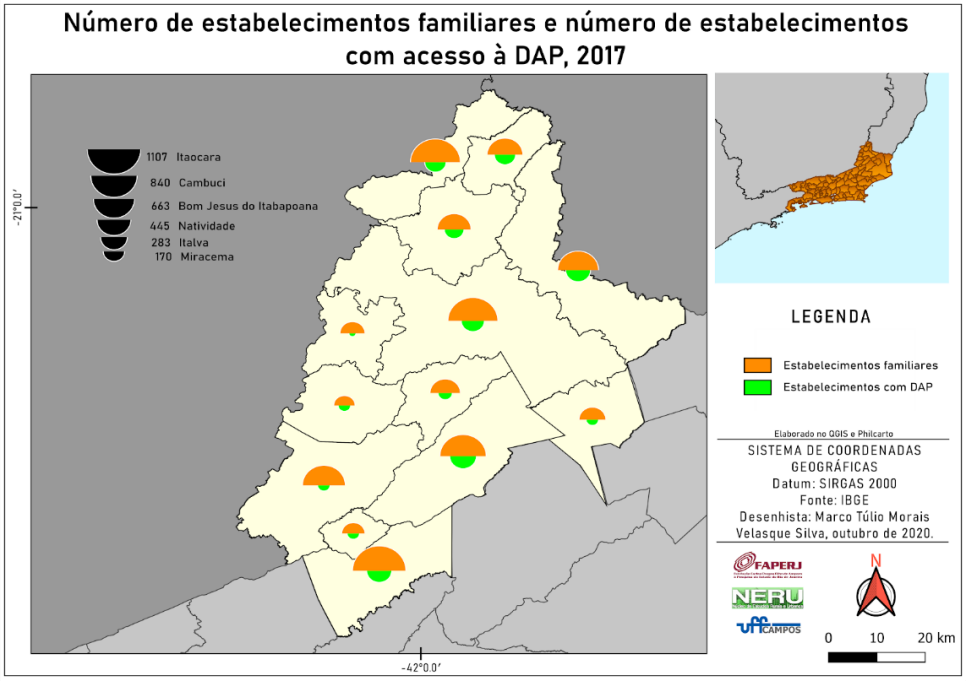
Fonte: Censo Agropecuário, 2006 e 2017

Elaborado: Autor (2002).

Em relação ao número de estabelecimentos familiares durante o Censo Agropecuário 2017, evidenciamos as mudanças quanto ao número de estabelecimentos familiares, entre o total, com acesso à DAP. Entre 2006 e 2017, houve uma redução relativa de 10,85% no número de estabelecimentos familiares no total de estabelecimentos agropecuários (CENSO AGROPECUÁRIO/IBGE, 2006; 2017). Do total, os únicos municípios que apresentaram crescimento relativo dos estabelecimentos de características familiares são Italva (5,18%), Bom Jesus do Itabapoana (4,21%) e Laje do Muriaé (3,17%). No que tange ao acesso às políticas públicas para a agricultura familiar, os municípios do noroeste fluminense possuíam, em 2017, 1.738 DAPs ativas (CENSO AGROPECUÁRIO/IBGE, 2017) e, segundo o relatório da Emater-RIO (2019, p. 25), 23% das DAP emitidas pela entidade no ano de 2019 foram para os agricultores do Noroeste Fluminense. Alguns municípios da região se destacam pela redução do número de estabelecimentos familiares entre o Censo Agropecuário de 2006 e o de 2017, como Miracema (26,09%), Porciúncula (20,26%), Santo Antônio de Pádua (19,47%), Itaocara (13,65%) e Laje do Muriaé (12,82%). Em movimento contrário, com o crescimento do número de estabelecimentos familiares tem-se, em ordem crescente,os municípios de Bom Jesus do Itabapoana (10,68%), Itaperuna (18,84%) e Natividade (41,72%). Entre os municípios, destacam-se pelo número de estabelecimentos com acesso à política pública da DAP os municípios de Varre-Sai (35,95%), Bom Jesus do Itabapoana

(33,48%) e Cambuci (33,10%). O mapa 4 espacializa estas informações na região, mostrando a concentração de estabelecimentos familiares nos municípios de Itaocara, Porciúncula, Itaperuna e Cambuci.

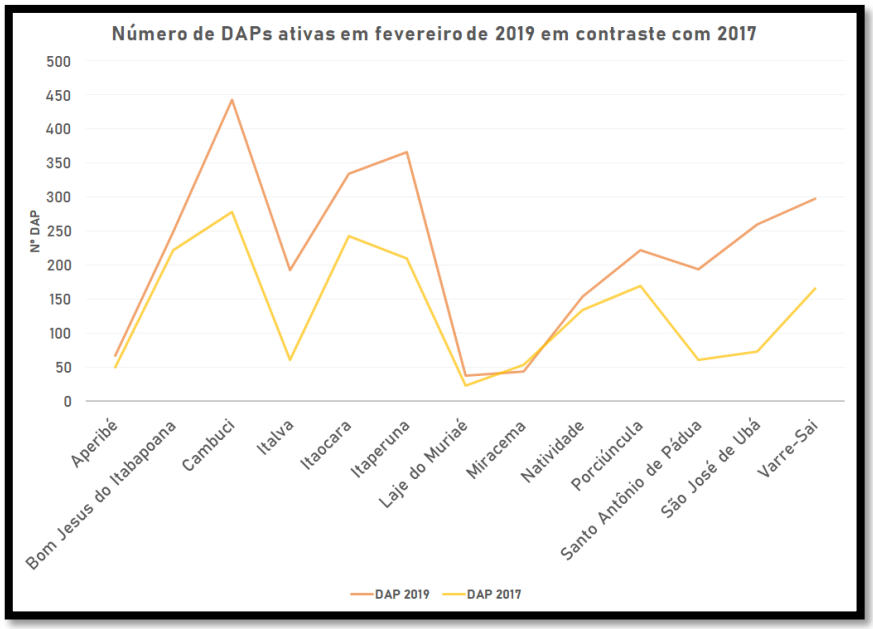
Mapa 4: Número de estabelecimentos familiares e número de estabelecimentos familiares com acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf em 2017



Fonte: Censo Agropecuário/IBGE, 2017

Entre 2017, ano do último Censo Agropecuário, e 2019, último ano com dados disponíveis no Portal de Dados Abertos do governo federal (BRASIL, 2021d), houve um crescimento expressivo do número de DAPs ativas, indo de encontro com as informações da Emater-RIO (2019, p.26), onde foram realizados 4.218 novos cadastros. O gráfico 4 exibe o incremento no número de estabelecimentos agropecuários com acesso à DAP, chamando a atenção os municípios de São José de Ubá, (73 DAPs ativas em 2017 / 260 em 2019), Cambuci (278 em 2017 / 443 em 2019) e Itaperuna (209 em 2017 / 366 em 2019).

Gráfico 4: Número de DAPs ativas em 2017 e em 2019

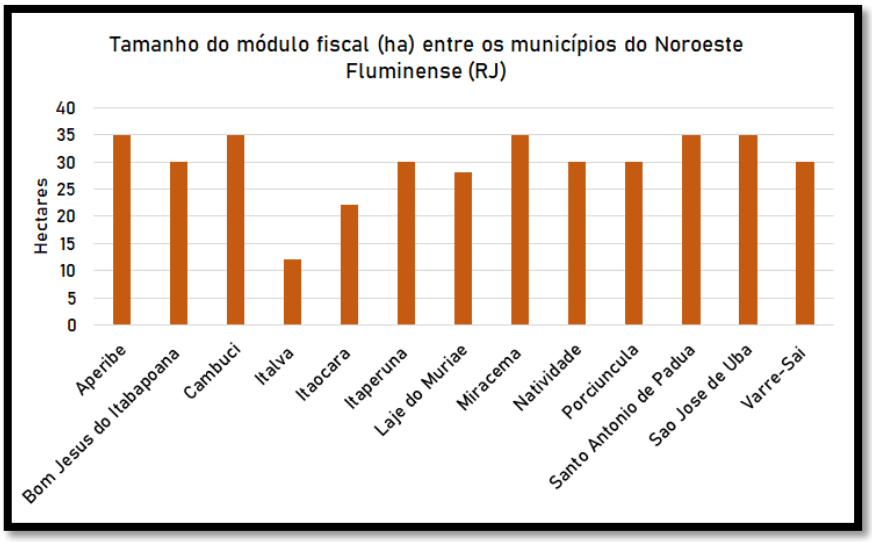


Fonte: BRASIL, 2021d; IBGE/Censo Agropecuário, 2017.

Elaboração: Autor (2022)

Em relação ao módulo fiscal, fator relevante no enquadramento dos agricultores familiares nas políticas públicas, o município de Italva apresenta o menor valor, com apenas 12 ha cada módulo (Aperibé, Cambuci, Miracema, Santo Antônio de Pádua e São José de Ubá apresentam o maior valor de módulo fiscal na região, com 35 ha. Apesar do fato de Varre-Sai apresentar um dos maiores módulos fiscais da região (30 ha), tem a maior produção de café do estado e apresentou a maior melhora no indicador litros/vaca/ano. Itaperuna, Santo Antônio de Pádua e Cambuci (os maiores produtores de leite da região) também tem o módulo fiscal acima de 30ha, mas apresentaram os piores resultados no indicador de produtividade litros/vaca/ano.

Gráfico 5: Tamanho do módulo fiscal (ha) entre os municípios do noroeste fluminense.



Fonte: BRASIL, 2021e.

Elaborado: Marco Túlio Morais Velasque Silva

Os municípios do noroeste estão passando por mudanças na estrutura produtiva e fundiária, mas também há alterações na organização coletiva dos agricultores, que apresentou aumento do número de agricultores não associados a sindicatos ou entidades de classe. As alterações da estrutura produtiva e fundiária resultaram numa diferenciação espacial desigual, que apresenta uma concentração de determinadas atividades em alguns municípios, como o leite em Itaperuna e Bom Jesus do Itabapoana, o tomate em Cambuci e São José do Ubá e o café em Varre-Sai e Porciúncula. Há um número cada vez mais baixo de agricultores familiares com acesso às políticas públicas, via PRONAF, e, tendo em vista o fato da ampla predominância da categoria em várias atividades, o quadro complexifica-se e suscita novas investigações, mais aprofundadas, sobre a realidade vivida pelos agricultores familiares na mesorregião.

Considerações Finais

A maior parte da produção agrícola e pecuária está concentrada nos municípios de Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana, Santo Antônio de Pádua e Cambuci, entretanto, a produção da cafeicultura atualmente abarca, dentre estes, somente Bom Jesus do Itabapoana, além de Natividade, Porciúncula e Varre-Sai, os dois últimos concentram a maior parte da produção na região. O município de Porciúncula apresenta uma alta participação da agricultura familiar no número de estabelecimentos total e na

quantidade produzida total de café proveniente da categoria, aproximadamente 90% e 80%, respectivamente, ao contrário de Varre-Sai, onde aproximadamente 40% da quantidade produzida é proveniente da agricultura familiar, que representa cerca de 69% dos estabelecimentos produtores.

Os projetos implantados no noroeste fluminense e os que estão atualmente em curso visam sempre a inserção de novas tecnologias e uma maior integração agricultura-indústria, principalmente após a década de 1990. A lógica do meio técnico-científico-informacional predomina, e induz a uma série de relações que nem sempre são benéficas a todos os atores envolvidos. Atualmente o cenário do noroeste fluminense como um todo é de uma região com alto índice de concentração de terras em grupos de área superiores a 100 hectares, redução da diversidade de produtos, diminuição da associação dos estabelecimentos agropecuários à entidades de classe e concentração e especialização produtiva em torno dos produtos tidos como "carro-chefe" em alguns municípios.

Um dos principais problemas decorrentes disto é que municípios menores foram excluídos do processo da produção, o que faz sentido dentro da lógica do desenvolvimento desigual e combinado, e perderam muita diversidade de produtos, como Miracema, que apresenta os piores indicadores em vários de nossos mapas, como concentração fundiária, presença de agricultura familiar e de diferentes lavouras.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. O saco de batatas para em pé. In: ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2012, p. 61-88.

ALMEIDA, C. Fome cresce e, pela 1ª vez em 17 anos, mais da metade da população não tem garantia de comida na mesa. **O Globo**, ano 25, 6 abr. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/fome-cresce-pela-1-vez-em-17-anos-mais-da-metade-da-populacao-nao-tem-garantia-de-comida-na-mesa-24956620>. Acesso em: 06 abr. 2021.

ANDRADE *et al*. Qualidade de café de produtores convencionais de Porciúncula: noroeste fluminense – amostragem 2013, 2014 e 2015. **Pesagro-Rio**, n. 133, 10 p., set. 2018. Disponível em: <>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, e dá outras providências. Disponível

em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%201.946%2C%20DE%2028%20DE%20JUNHO%20DE%201996&text=Cria%20o%20Programa%20Nacional%20de,atribui%C3%A7%C3%A3o%20que%20lhe%20confere%20art.>. Acesso em: 12 mar. 2021a.

BRASIL. IBGE. Censo demográfico, 2000 e 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 09.mai.2019.

BRASIL. IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil**: uma primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Censo Agropecuário, 2006 e 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 9 set. 2019.

BRASIL. IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Produção Agrícola Municipal, 1999 a 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 9 mai. 2021.

BRASIL. IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Produção Pecuária Municipal, 1997 e 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 9 set. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Sistema nacional de cadastro rural**: índices básicos de 2013. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso-a-informacao/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2021e.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 12 mar. 2021b.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)**. Brasília, 2019. Disponível em: < https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/dap>. Acesso em: 24 mar. 2021c.

BRASIL. Portal Brasileiro de Dados Abertos. **DAP - Quantitativo de DAPs Ativas**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://dados.gov.br/dataset/quantitativo-de-daps-

ativas-por-uf-e-municipio/resource/59eec283-6bb5-42ae-be8f-b2e9d4d2a3bf>. Acesso em: mar. 2021d.

EMATER-RIO. **Relatório de Atividades**. 2019. Disponível em: <http://www.emater.rj.gov.br/relatorio.asp>. Acesso em: 12 fev. 2021.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **O potencial cafeeiro do noroeste do Rio**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2019. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/noticias-1/o-potencial-cafeeiro-do-noroeste-do-rio.htm>. Acesso em: 09 mar. 2021.

FIM do Consea altera política de segurança alimentar. **Jornal da USP**. São Paulo, 10 jan. 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/fim-do-consea-altera-politica-de-seguranca-alimentar/>. Acesso em: 06 abr. 2021.

GRABOIS, J. et al. O papel da pequena produção na organização de um espaço periférico: o caso do noroeste fluminense. In: CARNEIRO, Maria José at al (org.). **O campo aberto no Rio de Janeiro**. Rio de janeiro: Contracapa, 1998. P. 209-223.

GUANZIROLI, C. E.; VINCHON, K. Agricultura familiar nas regiões serrana, norte e noroeste fluminense: determinantes do processo de geração de renda. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 57, n. 3, p. 353-367, jul./set. 2019. Disponível em: <https://revistasober.org/article/doi/10.1590/1806-9479.2019.186584>. Acesso em: 10 jan. 2021.

GUATIMOSIM, P. Empresas juniores criadas por alunos do IFF levam tecnologia a cafeicultores fluminenses. **Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ**. 2021. Disponível em: <http://www.faperj.br/?id=4188.2.4>. Acesso em. 1 jun. 2021.

MADANÊLO, D. H. V.L.; MARAFON, G. O complexo agroindústria da pecuária leiteira no Estado do Rio de Janeiro. In; In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. (Org.). **Revisitando o Território Fluminense II.** Rio de Janeiro: Gramma, 2008, p. 7-16.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste.** Fortaleza, v. 45. P. 83-91, out. /dez., 2014.

OLIVEIRA *et al*. A cultura do café no estado do Rio de Janeiro: período de 2013 a 2018. **Pesagro-Rio**, n. 149, 6 p., jul. 2020. Disponível em: <http://www.pesagro.rj.gov.br/downloads/infonline/online149.pdf >. Acesso em: 20 jul. 2021.

PASSOS, W., S. Em defesa de um planejamento urbano e regional para as cidades pequenas e para o noroeste fluminense. In: XVI Seminário de integração. 2017, Campos dos Goytacazes. **Anais**... Disponível em: <https://seminariodeintegracao.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2018/02/Em-defesa-de-um-planejamentourbano.....-2-F.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2019.

PROJETO para o fortalecimento da cadeia produtiva do café no noroeste fluminense. **Revista do Café**, n. 862, p. 26-27, set. 2017. Disponível em: <http://cccrj.com.br/revista/862/26.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2021.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. Uma reorganização produtiva do território. In: **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SCHNEIDER, S. **Teoria Social, capitalismo e agricultura familiar**. In. SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. P. 21-72.

SEBRAE. Painel Regional: Noroeste Fluminense. Rio de Janeiro, 2016. 16 p.

SILVA, E. O. da; MARAFON, G. J. A agricultura familiar no Estado do Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2., 2004, Santa Cruz do Sul. **Anais**… Santa Cruz do Sul: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Mestrado e Doutorado. 33p.

Sobre o SENAR. **SENAR-RIO**, 2020. Disponível em: <http://www.senar-rio.com.br/sobre-o-senar/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SOUZA, P. M.; SOUZA, H. M.; FORNAZIER, A.; PONCIANO, N. J. Análise regional da produção agropecuária do Rio de Janeiro, considerando-se os segmentos familiar e não familiar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 3, p. 645-670, out. 2019. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA27-3_09_analise_regional/697>. Acesso em: 20 fev. 2021.

TERRA, S. Cafés especiais de Varre-Sai se destacam em IV Concurso de Cafés Especiais do Estado do Rio. Associação dos Cafeicultores do Estado do Rio de Janeiro – ASCARJ, Varre-Sai, 9 jan. 2021. Disponível em: <https://ascarj.com.br/cafes-especiais-de-varre-sai-se-destacam-em-iv-concurso-de-cafes-especiais-do-estado-do-rio/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estado Sociedade e Agricultura**, n. 21, p. 42-61, 2008.